



ADAPTAÇÃO CURRICULAR: USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

ADAM, Ingrid – UTP
dindidam@hotmail.com

REGIANI, Viviane – UTP
viviregiani@ig.com.br

Eixo Temático: Eixo 6 Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este relato de experiência apresenta inicialmente um texto conceitual, pontuando as principais características da adaptação curricular e sua função na promoção da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Os conceitos serão articulados com o relato da vivência prática das pesquisadoras como gestora na cidade de Guarapuava e pedagoga como assessora ao processo de inclusão em diversas escolas da rede privada da cidade de Curitiba. A essa prática cabe a articulação com os estudos teóricos das definições por entender-se que é a partir da relação teoria-prática que se pode construir uma nova prática, transformadora. O estudo conta com a abordagem qualitativa, analisando-se o discurso posto por docentes e equipe pedagógica em conversas espontâneas e semi-orientadas. As transcrições foram estudadas num grupo de discussão seguindo o ciclo de análise da abordagem fenomenológica-hermenêutica proposta por Gamboa (**apud** SOUZA, 2001).

Palavras-chave: adaptação curricular, currículo e tecnologias assistivas.

Introdução

As salas de aula inclusivas tem sido o tema de inúmeros debates entre os profissionais da área educacional que visam colocar em prática os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais – que denominamos ANEEs. Uma das grandes demandas dos professores neste processo é a flexibilização curricular, que tem como objetivo promover um melhor aproveitamento do educando em sua série/turma, conceituada diferentemente por diversos autores como adaptação curricular. A adaptação curricular abrange modificações físicas e metodológicas e o uso de Tecnologias Assistivas (TAs) em sala de aula.

Esse texto foi desenvolvido a partir da inquietude das pesquisadoras em diversas conversas, que vieram se tornar um encontro semanal sobre o tema inclusão, nestes encontros além de estudos de textos específicos, também, adotou-se à prática de discussão de relatos dos

profissionais com os quais temos contato. Destes relatos buscamos em diferentes fontes depoimentos de professores de outras localidades que tivessem o mesmo teor, na tentativa de visualizar como as questões relacionadas a inclusão são globais. Esta análise é sistematizada com a abordagem fenomenológica-hermenêutica, que tem como procedimentos a coleta de dados e sua análise, que é feita por eixos temáticos que são determinadas pelo ciclo hermenêutico - compreensão, interpretação nova, compreensão (GAMBOA **apud** SOUZA, 2001). Desta forma chegasse a algumas considerações organizadas nas seguintes categorias: adaptação curricular, currículo e tecnologias assistivas.

Adaptação Curricular

Primeiramente, conceitua-se Adaptação Curricular e a sua importância recorrendo para isso, primordialmente às reflexões de Stainback & Stainback (1999) sobre inclusão. Conceitua-se também, o que é currículo, seus elementos e reflexões sobre o mesmo na adaptação curricular, com base nos estudos de Cesar Coll (1998), João Oliveira e Clifton Chadwick (2001).

Em relação as TAs pode-se afirmar que se trata de um recurso eficiente na adaptação curricular e que deve considerar também os fatores humanos. Para tratar das TAs e dos fatores humanos utilizamos as análises desenvolvidas por Thomas W. King (1999), da Universidade de Wiscosin, em seu livro **Assistive Technology: Essential Human Factors**; e Luciane Dasmasceno e Teófilo Filho (2006) com suas considerações teórico-práticas sobre o uso das TAs na educação especial.

Em 1996, com a Nova LDB, a adaptação curricular passou a ser um direito dos ANEEs de acordo com os Artigos 58 e 59 e mais especificamente com o inciso I – artigo 59, que traz:

... os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização

específicos, para atender as suas necessidades (SOUZA e SILVA, 1997, p. 93).

Pois bem, a adaptação curricular é um procedimento comumente necessário no processo inclusivo, uma vez que propicia a participação dos alunos nas discussões, atividades e rotina da turma em que está inserido, valorizando sua produção. A adaptação curricular pode ser:

- Alteração de atividades do conteúdo programático da série
- Adaptação do conteúdo programático
- Inserção de outros recursos para o aprendizado de um mesmo conteúdo e para a execução de uma mesma atividade: jogos, concreto, computador, outros.
- Redutivas: necessitam de uma redução de conteúdo ou de estímulos em uma mesma atividade e atenção a adequação do tempo para a execução.
- Ampliação (agregam): necessitam de desafios maiores para manter o interesse e aumentar a diversidade de atividades de menor tempo de execução e/ou aumenta o grau de dificuldade.

Na prática, torna-se inviável criar um programa (currículo) específico para cada educando com necessidades educacionais especiais que é colocado em uma classe regular, essa alteração o tornaria excluído do cotidiano de seus colegas.

Sendo assim, torna-se imprescindível destacar o que se entende por currículo, que segundo Oliveira e Chadwick é “o que se ensina, a quem, em que momento, de que forma, onde e para quem (2001, p. 197)” e para Coll, “currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica (...) (1998, p.33).

É importante ressaltar que a adaptação curricular altera apenas alguns ou vários componentes do currículo, dentre eles: a quem, o momento, onde, para quem, e principalmente, de que forma; o que Stainback & Stainback conceitua como adaptação múltipla; ou apenas a modificação da atividade na qual altera-se apenas a forma (1999, p.244).

Em relatos, observa-se que a maioria dos profissionais acabam fazendo apenas a adaptação de atividades, não recorrendo às adaptações metodológicas e do currículo como um todo, como é caracterizado pelo relato de uma professora itinerante do município de Guarapuava que diz:

(...) Observamos as atividades no portfólio e fiz alguns comentários sobre atividades que deveriam ter sido adaptadas ao nível do aluno, pois estavam além da sua compreensão. Observei também outras atividades coladas no caderno pequeno, com uma fonte muito reduzida cobrando muitas palavras e atributos que não

respeitavam o nível que se encontra. Sugeri que a partir de agora seja usado um caderno grande onde todas as atividades deverão estar em tamanho maior com margens e linha espaçadas quando for necessário escrever. Também que não seja cobrado mais que copie o enunciado contendo nome da escola, data, série, professora e aluno e sim um cabeçalho pronto, digitado onde ele apenas complete a data e o seu nome (...)

Neste relato pode-se perceber que a professora detem atenção nos aspectos físicos da atividade, pois seu aluno não teria condições motoras a execução da mesma. Contraditoriamente, o trecho destaca que as alterações foram pensadas pelas dificuldades de aprendizagem do alunos. Cabe aqui, o questionamento: a dificuldade motora influencia a capacidade de aprendizagem? Onde encontraríamos essa resposta?

Nos estudos neuro-psicológicos, para citar apenas uma área, então, cabe uma grande reflexão aos profissionais da educação, de que a adaptação curricular, não está focada nos conteúdos ou formas de apresentação do mesmo apenas, mas também, e principalmente no processo de construção do conhecimento, que é estudada por diversas áreas.

Diante do posto, é imprescindível abrir os portões das escolas às áreas correlatas no trabalho com a inclusão escolar, iniciando-se pela definição das deficiências, não atrelando-a a rótulos, mas sim na redefinição do trabalho pedagógico para potencializar as capacidades dos alunos.

E como repensar o currículo, se não detalhadamente, ou ainda em um trabalho minucioso, cabe então, definir cada um dos elementos do currículo supra citados, e refletir sobre qual a importância de cada um na adaptação curricular.

- O que se ensina inclui basicamente – conteúdos e objetivos

- Quando ensinar abrange a ordem e a sequência dada aos conteúdos

- Como ensinar é a metodologia utilizada – estrutura das atividades que proporcionarão a aprendizagem

- E finalmente, a avaliação que verificará se os objetivos (para quê) foram alcançados, sendo previamente estabelecidos o local ou recurso (onde) utilizados para essa avaliação (COLL, 1998, p. 44-45).

É visto que não foi citado como elemento a ser modificado **o que se ensina**, pois não é viável a alteração dos conteúdos, da cultura, das crenças e dos valores, pois esses elementos são definidos pelas políticas educacionais da federação, do estado, do município e pela escola. Sendo assim, a alteração desse elemento traria uma incompatibilidade com a identidade da instituição e até mesmo, com a prática docente desse professor, que passaria a ministrar duas aulas diferentes para uma mesma turma, ou ainda, deixar o aluno incluso segregado dos saberes sistematizados, como é destacado nos seguintes relatos:

Preocupada perguntei o que fazer diante dessa situação desconfortável e como resposta ouvi que era só dar uma folha e lápis de cor, que ele adorava passar a tarde desenhando. Saí em silêncio, surpresa com o que ouvira (JESUS, 2008).

(...) ainda não está pronto para um ambiente com carteiras enfileiradas e uma mesa com professora na frente do quadro, com cadernos com pautas, livros e cartilhas.

Estes relatos não são retratos apenas de uma realidade, mas sim da realidade de muitos professores que se dizem contra a inclusão, colocando-a como um processo ilusório apenas.

Mas vale lembrar que prática docente é um ato intencional, humano, coletivo que ocorre dentro da escola, portanto assumindo algumas de suas características, portanto a instituição educacional é

um espaço socioorganizacional no qual atuam diversos indivíduos ligados entre si por vários tipos de relações mais ou menos formalizadas, abrigando tensões, negociações, colaborações, conflitos e reajustamentos circunstanciais ou profundos de suas relações (MAURICE&LESSARD, 2005, p.55).

A escola é e será um contexto único que refletirá os valores e crenças de todos ali presentes, sendo esses valores bons ou ruins.

O posicionamento contrário a inclusão é justificada por relatos como os dois últimos acima deste texto, mas também, por um niilismo do professor decorrente de sua falta de conhecimento dos processos de construção do conhecimento, para a reelaboração das atividades, que tem em sua maioria a submissão de conteúdos necessários ao processo de escolarização do indivíduo.

Friend & Bursuck complementam esse pensamento considerando que “é esperado que a maioria dos ANEEs incluídos em sala de aula atinjam os mesmos objetivos curriculares que os outros alunos” (2005, p.306).

Stainback & Stainback ainda destaca a importância de que se aprenda o máximo que puder, “mas atingir os objetivos curriculares específicos nem sempre é o principal fator para mais tarde se ter sucesso e ser feliz” (1999, p.234). Os objetivos e os conteúdos permanecem, o que se modificam são a forma e a avaliação do que se ensina a esse aluno. E como modificação ou adaptação eficiente para essas etapas, utilizam-se as tecnologias assistivas.

Tecnologias Assistivas

As Tecnologias Assistivas são recursos de suma importância, pois elas têm como finalidade

proporcionar à pessoa portadora de deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. (...) Podem variar de um par de óculos ou uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado (DAMASCENO&FILHO, 2005, p. 02).

Contudo, é necessário ressaltar os fatores humanos, que segundo King (1999) geralmente são deixados de lado no momento da adaptação por meio das TAs. Segundo o autor, tornou-se evidente para os médicos e usuários que o foco somente na tecnologia não é, em geral, suficiente para a obtenção de resultados eficazes. Existem outros fatores que influenciam em

Como e quão bem um usuário de TA poderia se esforçar com um recurso para que este se torne um sistema real _ um indivíduo utilizando um recurso para um propósito. Essas outras influências e aspectos de como os seres humanos aceitam,

aprendem e efetivamente usam (ou não) ferramentas e recursos são conhecidas como fatores humanos (KING, 1999 p. 39).

Segundo o mesmo autor, os fatores humanos vão além do uso das TAs para um propósito, isto é, abrangem o conforto desse usuário, o conhecimento das tecnologias, o apoio dos familiares, que vai desde incentivos para o uso das TAs até o conhecimento operacional desses recursos. Esses fatores, na verdade, focam o modo como os indivíduos interagem com os recursos que são usados na educação, no trabalho, no lazer, enfim, no dia-a-dia. Os aspectos humanos aqui citados, podem ser vivenciados em diferentes esfera, como ilustra o próximo relato da gestora da Secretaria de Educação Especial de uma cidade do interior do Paraná,

o trabalho que desenvolvemos tenta buscar um serviço que possa atender a diversidade de alunos, porém ainda estamos caminhando para uma reestruturação a esse atendimento, tentando fazer valer a legislação, uma vez que depende de uma série de questões, principalmente burocráticas, que tornam-se por vezes demoradas na sua execução, como por exemplo a confecção de uma cadeira que se adapte a necessidade do aluno incluso no ensino regular, pois passa por toda uma tramitação e com isso demora algum tempo para se efetivar.

Portanto, os aspectos humanos é que podem viabilizar ou inviabilizar o uso das Tas como um recurso à adaptação do aluno em sala de aula.

Com a adaptação, o aluno sente-se mais capaz, pois as atividades estão adequadas a sua capacidade e ritmo. Sendo assim, sua produção torna-se uma referência positiva para a classe, para o aluno e para seus familiares. Como vimos a adaptação curricular com o uso das TAs pode ser aplicada de diversas maneiras considerando a especificidade de cada aluno, porém faz-se necessário o trabalho contínuo, capacitação de professores e o não uso político para que se torne a inclusão uma realidade assertiva, como relata a professora do aluno, aqui chamado de Matheus,

Hoje, a administração da escola é outra e, com isso, assumiu nova postura e tenho o apoio tão almejado, começando pelo planejamento do Matheus, onde foi feita flexibilização curricular e, isso certamente, é uma preocupação com o seu aprendizado. Sei que tudo isso é um risco, afinal quando recebemos os alunos, no início do ano, eles não vem com um rótulo na testa alertando para o fato de um possível fracasso ou sucesso na tentativa de alfabetização. Então, porque isso seria diferente com um aluno incluído? (ROTH, 2008)

Em relação à avaliação – forma como verificamos que nossos alunos expressam se atingiram os objetivos propostos – vimos que ela pode ser alterada na adaptação curricular, possibilitando, assim, um melhor desenvolvimento do ANEE, por exemplo: se um aluno tem dificuldade com registro (escrita), pode expressá-lo verbalmente, ou através de encenações, montagem de maquetes para demonstrar seus conhecimentos. Propiciando, assim, ao professor a verificação dos conteúdos, e ao aluno mais um momento em que finaliza seus pensamentos e canaliza todo o que foi apreendido - sedimentação final. Nesta visão simplória, cabe a ressalva de que a avaliação ainda é continuará sendo a maior dificuldade de todo professor, com relação a todos os seus alunos, e mais intensamente, com seus ANEEs, pois neste caso, há a necessidade de maior dedicação e estudo do profissional para este trabalho.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que a questão da adaptação como um dos itens a serem considerados para se organizar uma escola inclusiva, não se restringe às questões de necessidades educacionais especiais como equivalente às necessidades que os alunos com deficiências motoras, físicas e/ou mentais têm. Ao contrário, existe um número muito grande de situações em que os alunos apresentam necessidades educacionais especiais. Para identificar, compreender e atuar no sentido de minimizar as limitações e potencializar as capacidades individuais, é fundamental que se desenvolva um Programa de formação continuada para os professores. Esse Programa precisa visar a quebra de resistências que os professores das classes regulares têm em relação a todos os alunos que se destacam de maneira positiva ou devido às suas limitações.

A adaptação curricular já é um passo rumo à essa inclusão, que segundo a Coordenadora do Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Cepam) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Maria Alice Perez “não é uma questão apenas de estatutos, decretos ou leis. Trata-se, antes de mais nada, de uma mudança de postura social. Um processo que deve levar a uma cultura inclusiva, regida por princípios éticos e filosóficos.” (ZAVALLA, 2006, p.1)

REFERÊNCIAS

BURSUCK, William D.; FRIEND, Marilyn. **Including Students With Special Needs: A Practical Guide for Classroom Teachers**. Massachusetts: Pearson, 2005.

COLL, Cesar. Os fundamentos do currículo. In: **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 33 – 63.

DAMASCENO, Luciana Lopes; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **Recursos de Acessibilidade**. Disponível em: www.infoesp.vilabol.uol.com.br/recursos/recurso1.htm. Acesso em: 20 de abril de 2006.

_____. **Utilizando os Recursos de Acessibilidade na Educação Especial**. Disponível em: www.infoesp.vilabol.uol.com.br/recursos/recurso1.htm. Acesso em: 20 de abril de 2006.

JESUS, Cheila Aparecida. **Meu Aluno com Síndrome de Down: um tesouro no final do arco-Íris**. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/meualuno.php>. Acesso em: 25/05/2009.

KING, Thomas W. **Assistive Technology: Essential Human Factors**. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1999.

MAURICE, Tardif. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, João B. A. CHADWICK, Clifton. Currículo. In: **Aprender e ensinar**. São Paulo: Global, 2001, p. 197 – 207.

ROTH, Berenice Weissheimer (org.). **Experiências Educacionais Inclusivas II: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. MEC: Secretaria de Educação Especial, 2008.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei n 9.394/96**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SOUZA, Osmar. **Abordagens Fenomenológico-hermenêuticas em pesquisas educacionais**. Contra Pontos, Itajaí, Ano I, nº 1, p. 31-38, Jan\Jun 2001.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZAVALLA, Rodrigo. **Inclusão não é lei. É cultura**. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content.view.action?uuid=b22565980af4701000f102d32129eb0c>. Acesso em 03 jun. 2006.